Cautelar de produção antecipada de provas

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...... VARA DA COMARCA DE (CIDADE) - (UF)

(deixar aproximadamente, 20 linhas em branco)

(NOME DA FIRMA AUTORA)., pessoa jurídica de direito privado interno, sediada nesta cidade, na rua .................................., devidamente inscrita no MF, com CGC nº ............................, neste ato representada por seu sócio gerente, .................................., (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do CPF nº ............................ e da Identidade nº ...................., residente e domiciliado nesta cidade, na rua ...............,, vem, mui respeitosamente, por seu advogado e bastante procurador, dizer que é esta para promover

AÇÃO CAUTELAR DE PROVA ANTECIPADA AD PERPETUM REI MEMORIAN

contra a empresa (NOME DA FIRMA RÉ), pessoa jurídica de direito privado interno, devidamente cadastrado no MF, com CGC nº ....................................., sediada na Av. ................................., na cidade de ..........................., nos termos do art. 846 e seguintes do CPC e na forma do art. 282 do mesmo diploma legal, pelos motivos fáticos e de direito a seguir expostos.

Dos Fatos

1 - Que a Suplicante foi contratada para a prestação de serviços de Engenharia, pela empresa de ............................. empresa esta sediada nesta cidade, conforme documento firmado pelas partes na data de ............................ .

2 - Que o objeto do supra mencionado contrato, seria a execução, por parte da Suplicante, de projetos, obras civis e estruturas metálicas para ampliação da unidade fabril de propriedade da ................................, conforme serviços e características discriminadas ao longo do referido contrato.

3 - Que segundo o mesmo instrumento, para a prestação de serviços, retro mencionada, a contratada, ora Suplicante, assumiu responsabilidades especificadas na cláusula 6, no item 6.1, sendo a mais importante delas a sua responsabilidade técnica, junto ao CREA-MG.

4 - Ocorre que a cláusula 7 institui penalidades à Contratada, ora Suplicante, assim como a toda e qualquer empresa por esta também contratada, para qualquer tipo de serviço terceirizado, dispondo de forma expressa que em caso de qualquer descumprimento, a Requerente pagaria multa diária de R$ ................ (valor por extenso), por item, do cronograma físico-financeiro.

5 - Além das penalidades acima referidas, a cláusula 9 do mesmo contrato, estipula que, se rescindido o mesmo, por qualquer das razões enumeradas na cláusula 8, a parte infratora ficará obrigada ao pagamento da multa de R$ ................... (valor por extenso), no ato do recebimento da comunicação da rescisão.

6 - Para satisfazer as exigências contratuais e dar andamento aos serviços contratados, a Suplicante se empreitou parte dos serviços à empresa ora Requerida, para execução dos serviços especificados nos documentos de orçamento, para a realização de prédio da caldeira e estrutura metálica, conforme comprovado com os orçamentos acostados, elaborados pela mesma.

7 - Ocorre que na data de ................ a Requerente, através de ofício à empresa Suplicada, solicitou providências urgentes e definitivas, no sentido de promover aceleração no ritmo das obras da estrutura metálica, de responsabilidade da Requerida, apontando, inclusive, os atrasos em relação aos cronogramas preestabelecidos.

8 - Nesta mesma missiva, a Requerente advertiu à Requerida das consequências fatais no que concerne ao pagamento das pesadas multas, que ela Requerente, deveria suportar e que seriam repassadas em valores e proporções idênticas à subempreiteira, ora Suplicada, o que se comprova com as atas de reunião, que fazem parte integrante desta, nas quais encontram-se firmados, o aceite e concordância destas condições.

9 - Na ata de reunião de ................., reunião, diga-se de passagem que se encontravam presentes dois representantes da Requerida, .................................. e ......................................., ficou devidamente demonstrado que foram feitas modificações no projeto, quanto a materiais utilizados na nova estrutura metálica, sendo o objetivo de tal reunião para que a Requerida esclarecesse tais modificações, sendo que nesta mesma reunião, os representantes da mesma, aceitaram as penalidades nos mesmos termos da cláusula 7 do contrato firmado entre a Requerente e a empresa ................. .

10 - Em reunião realizada em ..................., nas instalações da ................. ., estando presentes as três empresas, isto é, ..................., ...................... e ..................., esta representada por ...................................., foi por solicitação da empresa cliente, discutido assunto relativo aos atrasos de serviços das coberturas em estruturas metálicas, obras, reconhecidamente, de responsabilidade da empresa Requerida, que comprometeu, sobremaneira, os cronogramas das outras duas empresas envolvidas e consequentemente os serviços necessários à conclusão das obras dentro do prazo previsto.

11 - Ainda nesta reunião, e conforme definido na data de .................., ficou estabelecido que a empresa Requerida deveria encaminhar ao engenheiro ..................., memorial de cálculo, demonstrando a capacidade da estrutura modificada pela Requerida, tendo em vista as sobrecargas consideradas, de forma que fossem atendidas todas as exigências da ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) e AISI (AMERICAN IRON AND STEEL INSTITUTE), assim como declaração do fornecedor dos perfis dobrados, quanto ao tipo de aço utilizado e suas tensões de escoamento e ruptura.

12 - Que o Dr. ......................................., profissional altamente competente, de nome reconhecido em seu meio profissional, professor universitário, é o engenheiro responsável por todos os projetos, como se vê das plantas em anexo e que é o técnico, portanto, que responde pelo andamento e finalização de todas as obras, fato este de inteiro conhecimento da Requerida, tanto é, que na supra mencionada reunião, assumiu o compromisso de enviar memorial a este conceituado profissional, como se vê do documento anexo.

13 - Finalizando esta reunião de .................., a Requerida aceitou a estipulação da multa de R$ ................... (valor por extenso), por dia de atraso, por item, no caso do não cumprimento das metas estabelecidas, fato este que se comprova com o mesmo documento supra mencionado.

14 - Os fatos anteriormente alegados e descritos nesta, estão devidamente comprovados pelos documentos e cartas, anexas, enviadas pela Requerente à Requerida apontando todas as falhas técnicas e o descumprimento das metas estabelecidas, por parte da empresa Suplicada.

15 - Ocorre que, embora todos os esforços envidados pela Requerente, que de nada adiantaram, a Requerida em franca demonstração de negligência técnico profissional, continuou a desrespeitar tudo o que fora avençado anteriormente. Verificada pela Requerente que as condições atuais da obra, não atendiam às especificações técnicas e muito menos às normas de segurança, a empresa, ora Suplicante, não teve outra alternativa, a não ser comunicar à Requerida, a suspensão da execução dos serviços que estavam sendo prestados pela mesma.

16 - Tal decisão da Requerente, responsável perante sua cliente, ................, se deu em virtude do fundado receio de que qualquer sinistro pudesse ocorrer, que não só traria prejuízos de ordem material a ela Requerente e à sua cliente, mas principalmente pelo grande risco de, em caso de um possível acidente, ter-se as vidas de operários ceifadas, o que seria um dano evidentemente irreparável, sendo que a suspensão da execução de serviços se encontra comprovada com o documento anexo, cujo recebimento pela Requerida está protocolado, com a data de ...................... .

17 - A comprovação das falhas técnicas, apontadas pela empresa Requerente à Requerida, encontram-se confirmadas pelo laudo do Dr. ....................................., conforme documento anexo.

18 - Outro fato, de suma importância, que não pode passar in albis e que deve ser trazido ao conhecimento deste ínclito Juízo, é a falsidade ideológica, cometida pela Requerida, quando apresentou ao CREA-MG, o documento intitulado ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, de nº ........................, no qual o seu registro consta como sendo ......................., que na verdade, não lhe pertence, sendo de outra empresa de nome ............................................, sendo que a proposta de fornecimento foi também feita em nome desta mesma empresa, comprovando-se assim, a má-fé da Requerida.

19 - Que segundo o contrato firmado entre a Requerente e sua cliente, esta deverá pagar a importância total de R$ ....................... (valor por extenso), pelo fornecimento de serviços e material, sendo certo que ante a situação fática a que foi levada a Requerente, pela negligência da Requerida, a Suplicante, não só perderá a quantia contratada, como também, por via de consequência, terá que pagar tudo o que já contratou com terceiros.

20 - Ante os fatos relatados e devidamente comprovados e, por ter sido obrigada a Requerente a suspender a execução dos serviços, esta encontra-se em situação de dificuldade perante sua cliente, .................., pois não pode dar andamento naqueles, até que perícia técnica seja realizada, para posteriormente, substituir a subempreiteira, ora Requerida, por outra empresa idônea, sendo, portanto, esta a razão da propositura da presente cautelar de prova antecipada, no sentido do promover a comprovação técnica e jurídica do que alegará e requererá em ação própria, principal, de rescisão contratual, cumulada com perdas e danos.

Do Mérito

Sem dúvida alguma, em situações fáticas, tais como as acima relatadas, justifica-se o tão propalado fundado receio de lesão, em que uma parte, como no presente caso, a Requerente, se encontra na iminência de enorme risco de responsabilidade técnico profissional, além de se ver, dependendo das ocorrências supervenientes, obrigada a reparar danos a terceiros, cuja causa, extreme de dúvidas, origina-se da negligência, omissão, imperícia e irresponsabilidade da empresa Requerida.

Ante tudo o que se encontra relatado anteriormente, deflui a ilação de que presentes estão os pressupostos genéricos de toda cautelar, tais como: fumus boni juris e o periculum in mora, além de, comprovadamente, existirem as condições da ação e pressupostos específicos para a presente ad perpetuam rei memoriam, uma vez que a produção antecipada da prova pode estar firmada na necessidade de exame pericial, consoante se depreende da norma contida no art. 846 do CPC.

Por outro lado, estando perfeitamente justificado o fundado receio de que possa tornar-se impossível ou muito difícil a verificação dos fatos alegados na pendência da ação principal, é admissível a prova pericial, sendo esta a regra contida no art. 849 do CPC, para que ao final, se veja totalmente comprovado o alegado e, na ação principal, reparado o dano causado à Requerente.

Do Pedido

Mediante ao exposto e com fulcro nos retro mencionado dispositivos legais, a Requerente vem, com o devido acato, requerer:

a) seja determinada a realização de exame pericial, nas obras realizadas, sob a responsabilidade da Requerente, de execução da Requerida, nas instalações da .................., nos galpões em construção, para que possa, em tempo hábil, ser usado como prova na ação principal já referida;

b) seja nomeado perito deste ínclito Juízo, para que efetue o exame requerido e responda aos quesitos que serão apresentados nos termos do art. 421 do CPC;

c) seja a presente deferida e citada a Requerida, via postal, para querendo, acompanhar a perícia e apresentar seus quesitos, ante a urgência e a iminência de risco para a Requerente;

d) cumpridas as formalidades processuais aplicáveis ao caso, seja a presente medida devidamente homologada por sentença, permanecendo, após, os autos em cartório, podendo os interessados solicitarem as certidões que julgarem por bem.

Protesta, a Requerente, pela apresentação de quesitos, na forma e modos previstos em lei e de assistente para acompanhamento, do exame pericial requerido.

D.R.A., esta com seus inclusos documentos, dá à causa, para fins de alçada, o valor R$ .................. .

Termos em que

Pede e espera deferimento.

(Local e data)

(Nome do advogado)

(Número da OAB)